

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.060.870 - SP (2017/0039890-9)

AGRAVANTE : MARCO ANTONIO MAGALHAES BROCCCHINI
ADVOGADO : MARIA ISABEL CALMON GONZAGA ABDALA -
SP123045B
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : CHULLIA SHULIN DO BRASIL LTDA
INTERES. : ACO PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : BRIGADA VERDE LTDA
INTERES. : CBR PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : PATRIMONIAL AMC LTDA - ME
INTERES. : PATRIMONIAL APRICE LTDA
INTERES. : PATRIMONIAL ILHA DO SOSSEGO LTDA
INTERES. : PATRIMONIAL MC LTDA
INTERES. : RODSTAR TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA
INTERES. : SASIL COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PETROQUÍMICOS
LTDA
INTERES. : SST CONSULT ASSES ADMIN DE RECURSOS LTDA
INTERES. : STAHL PARTICIPACOES LTDA
INTERES. : TRANSQUIM TRANSPORTES QUIMICOS LTDA
INTERES. : TRIFLEX IND/ E COM/ DE TERMOPLASTICOS LTDA
INTERES. : VARIENT DISTRIBUIDORA DE RESINAS LTDA
INTERES. : ANITA MARIA FRANÇA CAVALCANTI
INTERES. : ISMAEL CESAR CAVALCANTI NETO
INTERES. : MARCIA APARECIDA DE MORAIS
INTERES. : PAULO SÉRGIO COSTA PINTO CAVALCANTI
INTERES. : PAULO SERGIO FRANCA CAVALCANTI

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por Marco Antônio Magalhães Broccchini, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CITAÇÃO POR EDITAL. ART. 8º, I E III DA LEI N.º 6.830/80. NULIDADE NÃO CONSTATADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO MEDIANTE LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO. TERMOS INICIAL E FINAL DE CONTAGEM DE PRAZO. DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO INOCORRENTES (ART. 174 DO CTN). ILEGITIMIDADE PASSIVA NÃO EVIDENCIADA.

1. Admitida em nosso direito por construção doutrinária e jurisprudencial, a exceção de pré-executividade é uma forma de defesa do devedor no âmbito do processo de execução, independentemente de qualquer garantia do Juízo.

2. Admite-se, em sede de exceção de pré-executividade, o exame de

questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída.

3. Na hipótese, a agravante sustenta a nulidade da citação por edital e a prescrição do débito exequendo e sua ilegitimidade passiva, alegações que, uma vez comprovadas de plano, comportam discussão na via da exceção de pré-executividade.

4. Cabível a citação por edital, uma vez que esgotados os meios processuais previstos no art. 8º, e incisos da Lei n.º 6.830/80 para a localização do devedor ou seus bens (Súmula n.º 210, TFR).

5. Precedentes: STJ, 1ª Turma, REsp n.º 200301766208/PR, Rel. Min. Luiz Fux, j. 01.06.2004, DJ 28.06.2004, p. 203; STJ, 2ª Turma, EDREsp n.º 200200196620/SP, Rel. Min. Paulo Medina, j. 15.08.2002, DJ 16.09.2002, p. 176; TRF3, 6ª Turma, AG n.º 2004.03.00.046165-1, Rel. Des. Fed. Mairan Maia, j. 24.11.2004, DJU 10.12.2004, p. 136.

6. No caso vertente, a empresa executada não foi localizada no endereço constante da CDA quando da citação por AR, em que constou a informação mudou-se, em 22/11/2000 (fls. 57); na sequência, a exequente requereu a citação do responsável tributário, no caso, Sr. Marco Antonio Magalhães Brocchini, conforme CPF constante do relatório do CNPJ de fls. 82, providência cumprida mediante Carta Precatória que restou negativa, conforme certificado pelo Oficial de Justiça às fls. 71; nesse passo, pugnou pela inclusão do responsável tributário, ora agravante, no polo passivo da demanda, o que foi deferido; os documentos de fls. 82 (cadastro do CNPJ) e 84 (consulta do CPF do responsável tributário), revelam que, em 09/01/2003, não havia alteração dos endereços dos executados, pelo que foi deferida a citação por edital. Aliás, até 29/06/2006 a empresa executada ainda não havia promovido a alteração de seu endereço perante os cadastros do CNPJ (fls. 509).

7. A exequente esgotou todos os meios à sua disposição à época no sentido de localizar o devedor para fins de prosseguimento do feito executivo, pelo que não vislumbro qualquer nulidade na citação por edital.

8. De acordo com o caput do art. 174 do Código Tributário Nacional, A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva.

9. Nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, a constituição definitiva do crédito dá-se com a entrega ao fisco da Declaração de Contribuições de Tributos Federais (DCTF), Declaração de Rendimentos, ou outra que a elas se assemelhe. Em tais casos, não há obrigatoriedade de homologação formal, encontrando-se o débito exigível independentemente de qualquer atividade administrativa, sendo desnecessários tanto o procedimento administrativo como a notificação do devedor.

10. Não há que se falar em decadência na hipótese de constituição do crédito de tributos sujeitos a lançamento por homologação, uma vez que, inexistindo pagamento antecipado a homologar, a constituição do crédito ocorre com a entrega da declaração ao fisco. Portanto, inaplicável o prazo decadencial a que se refere o art. 150, § 4º do CTN pois, não havendo pagamento, nada há que se homologar.

11. O termo inicial da fluência do prazo prescricional é o dia seguinte à entrega da declaração ou o dia seguinte ao vencimento do tributo, ou seja, aquele que ocorrer por último, pois é a partir de então que o débito passa a gozar de exigibilidade, nascendo para o estado a pretensão executória.

12. Há que se ressaltar que, no período que medeia declaração e o vencimento, não há fluência de prazo prescricional, uma vez que o valor

declarado ainda não pode ser objeto de cobrança judicial.

13. A partir da constituição do crédito, quando se tem por definitivo o lançamento na esfera administrativa, inicia-se o prazo prescricional quinquenal para que a Fazenda ingresse em juízo para cobrança do crédito tributário, nos moldes preconizados pelo art. 174 do CTN.

14. Por outro lado, entregue a declaração e verificada a insuficiência do pagamento, nada obsta que a autoridade administrativa proceda à lavratura o auto de infração. Em não havendo impugnação administrativa, em princípio, a prescrição quinquenal começa a fluir imediatamente, a partir da constituição do crédito, materializado através do auto de infração ou da notificação do lançamento. O extinto TFR cristalizou este entendimento no enunciado da Súmula n.º 153: Constituído, no quinquênio, através de auto de infração ou notificação de lançamento, o crédito tributário, não há que se falar em decadência, fluindo, a partir daí, em princípio, o prazo prescricional, que, todavia, fica suspenso, até que sejam decididos os recursos administrativos.

15. O termo final do prazo prescricional deve ser analisado considerando-se a existência, ou não, de inércia por parte do exequente; se não houver inércia, o dies ad quem a ser considerado é a data do ajuizamento da execução fiscal, à luz da Súmula n.º 106 do STJ e art. 219, § 1º do CPC. Constatada a inércia da exequente, o termo final será a data da efetiva citação (execuções ajuizadas anteriormente a 09.06.2005, data da vigência da Lei Complementar n.º 118/05) ou a data do despacho que ordenar a citação (execuções ajuizadas posteriormente à vigência da referida Lei Complementar).

16. Os débitos inscritos na dívida ativa dizem respeito ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, cujos vencimentos ocorreram entre 24/02/1995 e 31/01/1997, e respectivas multas, com vencimentos em 09/07/1999; o crédito foi constituído mediante Auto de Infração com notificação ao contribuinte por Edital em 15/07/1999, data a partir da qual se encontrava aperfeiçoada a exigibilidade dos créditos. Inocorrente, pois, o instituto da decadência do débito.

17. Não caracterizada a inércia da exequente, há que se considerar como termo final do lapso prescricional a data do ajuizamento da execução, ocorrida em 14/09/2000, de onde se verifica a inoccorrência do transcurso do prazo prescricional quinquenal.

18. Precedente: STJ, 1ª Seção, REsp Representativo de Controvérsia n.º 1.120.295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, j. 12.05.2010, v.u., Dje 21.05.2010.

19. A questão relativa à inclusão do sócio-gerente no polo passivo da execução fiscal enseja controvérsias e as diferenciadas situações que o caso concreto apresenta devem ser consideradas para sua adequada apreciação.

20. O representante legal da empresa executada pode ser responsabilizado em razão da prática de ato com abuso de poder, infração à lei, contrato social ou estatutos, ou ainda, na hipótese de dissolução irregular da sociedade. A responsabilidade, nestes casos, deixa de ser solidária e se transfere inteiramente para o representante da empresa que agiu com violação de seus deveres.

21. Não se pode aceitar, indiscriminadamente, quer a inclusão quer a exclusão do sócio-gerente no pólo passivo da execução fiscal.

22. Embora sustente o agravante a ausência de responsabilidade do sócio gerente, não existem elementos suficientes que levem à conclusão de que é parte ilegítima na demanda.

23. Conforme se verifica da Ficha Cadastral Jucesp de fls. 660/661, o ora agravante assinava pela empresa, representando a empresa Shulin Limited, sócia da devedora; e, além disso, conforme certidão de fls. 476, o

Oficial de Justiça deixou de dar cumprimento ao mandado de citação e penhora e avaliação da devedora, certificando que fora informado: que o representante legal da executada, único que possui poderes para receber citação, Marco Antonio Magalhães Brocchini raramente aparece no local e eu não obtive êxito em encontrá-lo. Além disso, o CPF do Sr. Marco Antonio Magalhães Brocchini consta como sendo o do responsável tributário da pessoa jurídica executada perante os cadastros do CNPJ (fls. 82/84).

24. A situação apresentada no presente caso, de imediato, não possibilita o reconhecimento da ausência de responsabilidade do agravante, a ensejar a sua exclusão do pólo passivo do feito.

25. Agravo de instrumento improvido.

Na origem, trata-se de execução fiscal, objetivando a cobrança de débitos relativos ao IRPJ, com vencimentos entre 24/02/1995 e 09/07/1999, no valor que somava R\$ 5.887.105,12, em julho de 2000 (fl. 38), sede em que o juízo de primeira instância rejeitou exceção de pré-executividade afastando a ocorrência de nulidade de citação editalícia; a prescrição do crédito; bem como a ilegitimidade passiva do ora recorrente. Interposto agravo de instrumento pelo contribuinte, foi negado provimento pelo Tribunal de origem, conforme ementa acima transcrita.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos.

No recurso especial, o recorrente aponta a violação dos arts. 131, 165, 458 e 535, todos do CPC/1973, sustentando, em resumo, que, não obstante a interposição dos declaratórios, o Tribunal de origem não apreciou o fato de que parte exequente sabia do atual endereço das partes antes de requerer a citação editalícia.

Indica, ainda, a ofensa aos arts. 213, 214, 231 e 232, todos do CPC/1973, aduzindo, em síntese, que o Tribunal de origem deveria ter decretado a nulidade da citação editalícia, sob o fundamento de que houve uma única tentativa de citação da executada pela via postal e que a pessoa que havia sido citada era pessoa física que não era sócia ou administradora da executada, além do fato de que a exequente sabia do paradeiro da executada com endereço nos autos.

Aponta a ofensa aos arts. 174 do CTN, bem assim o 219 do CPC/1973, alegando, em suma, que o Tribunal de origem deveria ter decretado a prescrição, considerando o fato de que o marco interruptivo aplicável, qual seja, a citação, é nula.

Acusa, por fim, a ofensa aos arts. 135 do CTN e 333, I, do CPC/1973, aduzindo, em suma, que o Tribunal de origem deveria ter reconhecido a ausência de provas de ato praticado com excesso de poder ou infração à lei, ao contrato social ou estatuto para que fosse admitido o redirecionamento da execução, sendo que sequer constou seu nome na certidão de dívida ativa.

Suscita a ocorrência de dissídio jurisprudencial.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do agravo e, se conhecido, pelo seu desprovimento.

O recurso especial foi inadmitido com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Sobre a apontada violação aos arts. 131, 165, 458 e 535, todos do CPC/1973, o recurso não comporta provimento.

Não se vislumbra a alegada omissão da questão jurídica apresentada pelo recorrente, qual seja, nulidade da citação editalícia, considerando que a exequente sabia do atual endereço da executada, tendo o julgador abordado a questão às fls. 1043, assim consignando:

No caso vertente, a empresa executada não foi localizada no endereço constante da CDA quando da citação por AR, em que constou a informação mudou-se, em 22/11/2000 (fls. 57); na sequência, a exequente requereu a citação do responsável tributário, no caso, Sr. Marco Antonio Magalhães Brocchini, conforme CPF constante do relatório do CNPJ de fls. 82, providência cumprida mediante Carta Precatória que restou negativa, conforme certificado pelo Oficial de Justiça às fls. 71; nesse passo, pugnou pela inclusão do responsável tributário, ora agravante, no polo passivo da demanda, o que foi deferido; os documentos de fls. 82 (cadastro do CNPJ) e 84 (consulta do CPF do responsável tributário), revelam que, em 09/01/2003, não havia alteração dos endereços dos executados, pelo que foi deferida a citação por edital. Aliás, até 29/06/2006 a empresa executada ainda não havia promovido a alteração de seu endereço perante os cadastros do CNPJ (fls. 509).

In casu, vê-se que a exequente esgotou todos os meios à sua disposição à época no sentido de localizar o devedor para fins de prosseguimento do feito executivo, pelo que não vislumbro qualquer nulidade na citação por edital.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irrisignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Descaracterizada a alegada omissão, tem-se de rigor o afastamento da suposta violação do art. 535 do CPC/1973, conforme pacífica

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. GREVE. DESCONTOS DOS DIAS PARADOS. CABIMENTO, SALVO SE HOUVER ACORDO DE COMPENSAÇÃO DO TRABALHO.

1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC/1973, verifico que o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte.

2. É entendimento consolidado no âmbito do STJ que é legítimo o ato da Administração que promove o desconto dos dias não trabalhados pelos servidores públicos participantes de movimento grevista, diante da suspensão do contrato de trabalho, nos termos da Lei 8.112/1990, salvo a existência de acordo entre as partes para que haja compensação dos dias paralisados. Ressalta-se que não consta nos autos que foi feita compensação dos dias parados.

3. Recurso Especial não provido. (REsp 1.616.801/AP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 13/9/2016).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO. ART. 47 DO CPC/1973. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação ao art. 535 do CPC/1973, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda em toda a sua extensão, fazendo-o de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam.

2. Não se conhece da violação a dispositivos infraconstitucionais quando a questão não foi enfrentada pelo acórdão recorrido, carecendo o recurso especial do necessário prequestionamento (Súmula 211/STJ), sobretudo quando a parte, mesmo opondo embargos de declaração na origem, não suscitou a omissão na análise dos referidos aspectos.

3. Infirmar a conclusão alcançada pela Corte de origem, quanto a existência de litisconsórcio necessário tão somente em relação a duas candidatas, que foram lotadas na localidade onde pretendem as agravadas lotação, considerando, para tanto, os limites da sentença de primeiro grau, pressupõe o cotejo da referida sentença com o conjunto probatório do feito, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido: AgRg no Ag 1403108/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/11/2015, DJe 10/12/2015.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.592.075/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016).

Sobre a apontada ofensa aos arts. 213, 214, 231 e 232, todos do CPC/1973, bem como 174 do CTN e 219 do CPC/1973, o recurso não comporta seguimento.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca da configuração da nulidade da citação por edital vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que não se verificou qualquer nulidade, tendo havido o prévio esgotamento dos meios à disposição para que fosse procedida à citação editalícia.

Confira-se:

No caso vertente, a empresa executada não foi localizada no endereço constante da CDA quando da citação por AR, em que constou a informação mudou-se, em 22/11/2000 (fls. 57); na sequência, a exequente requereu a citação do responsável tributário, no caso, Sr. Marco Antonio Magalhães Brocchini, conforme CPF constante do relatório do CNPJ de fls. 82, providência cumprida mediante Carta Precatória que restou negativa, conforme certificado pelo Oficial de Justiça às fls. 71; nesse passo, pugnou pela inclusão do responsável tributário, ora agravante, no polo passivo da demanda, o que foi deferido; os documentos de fls. 82 (cadastro do CNPJ) e 84 (consulta do CPF do responsável tributário), revelam que, em 09/01/2003, não havia alteração dos endereços dos executados, pelo que foi deferida a citação por edital. Aliás, até 29/06/2006 a empresa executada ainda não havia promovido a alteração de seu endereço perante os cadastros do CNPJ (fls. 509).

In casu, vê-se que a exequente esgotou todos os meios à sua disposição à época no sentido de localizar o devedor para fins de prosseguimento do feito executivo, pelo que não vislumbro qualquer nulidade na citação por edital. (fl. 1043)

Assim, afastada pelo Tribunal de origem sob esses fundamentos fáticos a ocorrência de nulidade da citação, não prospera o argumento de que o prazo prescricional não teria sido interrompido.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Sobre a alegada ofensa arts. 135 do CTN e 333, I, do CPC/1973, o recurso também não comporta seguimento.

Neste particular, o pleito recursal também encontra óbice no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

Com efeito, a irresignação recursal pressupõe o revolvimento dos fatos apreciados pelo julgador *a quo* e vai de encontro à apreciação realizada do conjunto fático-probatório, no sentido da ocorrência de infração à lei, bem

como quanto à responsabilidade do sócio, enquanto representante legal da empresa executada.

Confira-se trecho do acórdão recorrido:

Com efeito, conforme se verifica da Ficha Cadastral Jucesp de fls. 660/661, o ora agravante assinava pela empresa, representando a empresa Shulin Limited, sócia da devedora; e, além disso, conforme certidão de fls. 476, o Oficial de Justiça deixou de dar cumprimento ao mandado de citação e penhora e avaliação da devedora, certificando que fora informado: que o representante legal da executada, único que possui poderes para receber citação, Marco Antonio Magalhães Brocchini raramente aparece no local e eu não obtive êxito em encontrá-lo.

Além disso, o CPF do Sr. Marco Antonio Magalhães Brocchini consta como sendo o do responsável tributário da pessoa jurídica executada perante os cadastros do CNPJ (fls. 82/84). (fl. 1046)

No mesmo sentido, citem-se:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE FISCALIZAÇÃO. CVM. DECADÊNCIA AFASTADA. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO. PRAZO PRESCRICIONAL ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 135 DO CTN. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Sobre a alegada violação dos arts. 135, do CTN, ao argumento de que não houve dissolução irregular da pessoa jurídica, é consabido que não há espaço no âmbito do recurso especial para o reexame dos elementos fáticos-probatórios que determinaram a decisão tomada pelo Tribunal *a quo*.

II - Assim, afirmado pelo acórdão recorrido que o oficial de justiça certificou o encerramento irregular das atividades da empresa executada, não é possível neste momento processual rever tal conclusão sem reexaminar o documento, o que vedado pelo enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1686925/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 06/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. INCLUSÃO DE SÓCIO NO POLO PASSIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.347.627/SP.

I - Entendimento contrário ao fixado na origem, que determinou o redirecionamento do pleito executivo aos sócios porque ficaram comprovados os requisitos legais para a medida, qual seja formação de grupo econômico, demandaria necessariamente a incursão no contexto fático dos autos. Incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

(...)

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 907.952/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 10/03/2017)

No tocante à parcela recursal referente ao art. 105, III, *c*, da Constituição Federal, verifica-se que o recorrente não efetivou o necessário cotejo analítico da divergência entre os acórdãos em confronto, o que impede o conhecimento do recurso com base nessa alínea do permissivo constitucional.

Conforme a previsão do art. 255 do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, apontando o dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.

Nesse mesmo diapasão, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. MATÉRIA EXCLUSIVA DE DIREITO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INSUFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.

1. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea "c", III, do art. 105 da Constituição Federal.

2. Além disso, é impossível realizar o confronto dos acórdãos trazidos como paradigmas, sem que se especifique a lei contrariada pelo julgado recorrido.

3. Quanto à violação à Lei 8.880/1994, vejo que não é possível examiná-la, pois não foram indicados os dispositivos legais que teriam sido violados. Portanto, está caracterizada a deficiência na fundamentação do recurso. Dessa forma, sua pretensão esbarra no óbice da Súmula 284/STF.

4. Para que o julgador use a faculdade prevista no artigo 285-A do CPC, exige-se que a matéria controvertida seja exclusivamente de direito, que no juízo já tenha sido proferida sentença de total improcedência em casos idênticos, e que o respectivo teor seja reproduzido na novel decisão. No caso sub judice o Tribunal local atendeu todos os requisitos necessários para a aplicação da norma jurídica.

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(REsp n. 1.656.510/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 27/4/2017, DJe 8/5/2017.)

ADMINISTRATIVO. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONFIGURAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA.

I - O Tribunal a quo, ao decidir a controvérsia, considerou que, no caso concreto, "não há como negar que o então Prefeito Municipal de Forquethina, ora requerido, contratou de forma a possibilitar o desmembramento das aquisições, com vistas a "escapar" da exigência de licitação fato incontroverso nos autos"

II - A Corte a quo considerou que a parte recorrente, ex-prefeito, "autorizou a compra de medicamentos ao longo dos anos de 2006 e 2008 nos valores totais de R\$ 18.285,46 e R\$ 10.726,02, respectivamente, sem observar a exigência de licitação. Em diversas oportunidades, no decorrer dos exercícios de 2006 e 2008, o requerido autorizou a compra de medicamentos e produtos farmacêuticos de forma fragmentada, causando lesão ao erário público, eis que pelo Município de Forquethina foram suportados preços médios superiores àqueles pagos por outros municípios próximos" [...].

III - E, ainda, observou-se, no acórdão recorrido, que o depoimento do tesoureiro municipal "foi no sentido de que o controle interno (do qual ele fazia parte) do Município, o setor jurídico, a assistência social e o demandado tinham conhecimento de que a compra direta dos fármacos ultrapassava o valor máximo para a dispensa de licitação, bem como que o procedimento licitatório via pregão eletrônico gerava economia ao erário, situação que evidencia o agir no mínimo culposo - pela desídia com o dinheiro público - do então Prefeito Municipal. Nesse contexto, prudente salientar que os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário dispensam a prova do dolo, sendo suficiente para a sua caracterização a presença de culpa".

IV - Assim, ao concluir pela responsabilidade do ex-prefeito, na execução das compras, bem como pela sua atuação, o fizeram com base na prova dos autos. Eventual conclusão, diversa da adotada pelas instâncias ordinárias, no âmbito do STJ, implicaria o reexame de todo o conjunto fático do processo, atuação que encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

V - A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973 e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial com base na alínea c do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

VI - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 940.174/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 18/4/2017, DJe 27/4/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

